



# OUTRAS VOZES, OUTRAS VIVÊNCIAS: A PRÁTICA DA AGRICULTURA NA FRANJA URBANA NORTE DE NATAL/RN

## EIXO TEMÁTICO: “OUTRAS” HISTÓRIAS

### **MEDEIROS, Camila Bezerra Nobre de**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFRN);  
cabnob@gmail.com

### **ATAÍDE, Ruth Maria da Costa**

Doutora em *Pensamiento Geografico y Organización del Territorio* (UB/ES);  
Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFRN;  
maria.ataide@ufrn.br

## RESUMO

Nas metrópoles contemporâneas, há grupos cujas vozes são dominantes e grupos que tendem a ser silenciados. Dentre esses últimos, figuram os(as) agricultores(as) que produzem e resistem nas cidades, geralmente rotulados como arcaicos, pertencentes a um tempo pregresso e como um entrave ao desenvolvimento. O presente artigo tem por objetivo reverter essa lógica e dar voz às comunidades de agricultores(as) localizadas na franja norte do município de Natal, que vêm sendo ameaçadas pelo processo de urbanização, o qual se traduz especialmente no projeto de duplicação da avenida Moema Tinoco, que margeia tais comunidades. Para isso, foram realizadas entrevistas com esses grupos, utilizando o método da palavra do habitante, discutido por Nicole Haumont (1966) e Henri Raymond (1966), que consiste em uma entrevista aberta guiada por uma pergunta unitária. Como resultados, constatou-se que apesar do avanço da urbanização, há nas comunidades uma ruralidade em resistência que, para se perpetuar e assegurar a sua permanência no território, depende de uma maior articulação política entre os(as) agricultores(as) e entre eles e os agentes públicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** *relação campo-cidade; ruralidade; palavra do habitante.*

## **ABSTRACT**

In contemporary metropolises, there are groups whose voices are dominant and groups that tend to be silenced. Among the last ones there are the farmers that produce and resist in the cities, usually labeled as archaic, belonging to a past time and as an obstacle to development. This article aims to reverse this logic and give voice to the communities of farmers located on the north fringe of Natal's municipality, who have been threatened by the process of urbanization, that is translated especially in the project of Moema Tinoco avenue duplication, that borders these communities. Thereunto, interviews were realized with these groups, using the inhabitant's word method, discussed by Nicole Haumont (1966) e Henri Raymond (1966), which consists in an open interview guided by a single question. As results, it was verified that besides the urbanization progress, the communities represent a rurality in resistance that, to perpetuate and assure its permanence on the territory, depends on a major political articulation among the farmers and between them and the public agents.

**KEY-WORDS:** *countryside-city relationship; rurality; inhabitant's word.*

## **RESUMEN**

En las metrópolis contemporáneas, existen grupos cuyas voces son dominantes y grupos que tienden a ser silenciados. Entre esos últimos, figuran los(as) agricultores(as) que producen y resisten em medio a las ciudades, generalmente rotulados como arcaicos, pertenecientes a una época pretérita y como un obstáculo al desarrollo. El presente artículo tiene por objetivo reverter esa lógica y dar voz a las comunidades de agricultores(as) ubicados(as) en la franja norte de la municipalidad de Natal, que están siendo amenazadas por el proceso de urbanización, que se traduce especialmente en el proyecto de duplicación de la avenida Moema Tinoco, que bordea tales comunidades. Para eso, se realizaron entrevistas con esos grupos, utilizando el método de la palabra del habitante, discutido por Nicole Haumont (1966) e Henri Raymond (1966), que consiste en una entrevista abierta guiada por una sola pregunta. Como resultados, se descubrió que a pesar del avance de la urbanización, existe en las comunidades una ruralidad en resistencia que, para perpetuarse y garantizar su permanencia en el territorio, depende de una articulación política más grande entre los(as) agricultores(as) y entre ellos y los agentes públicos.

**PALABRAS CLAVE:** *relación campo-ciudad; ruralidad; palabra del habitante.*

## 1. INTRODUÇÃO

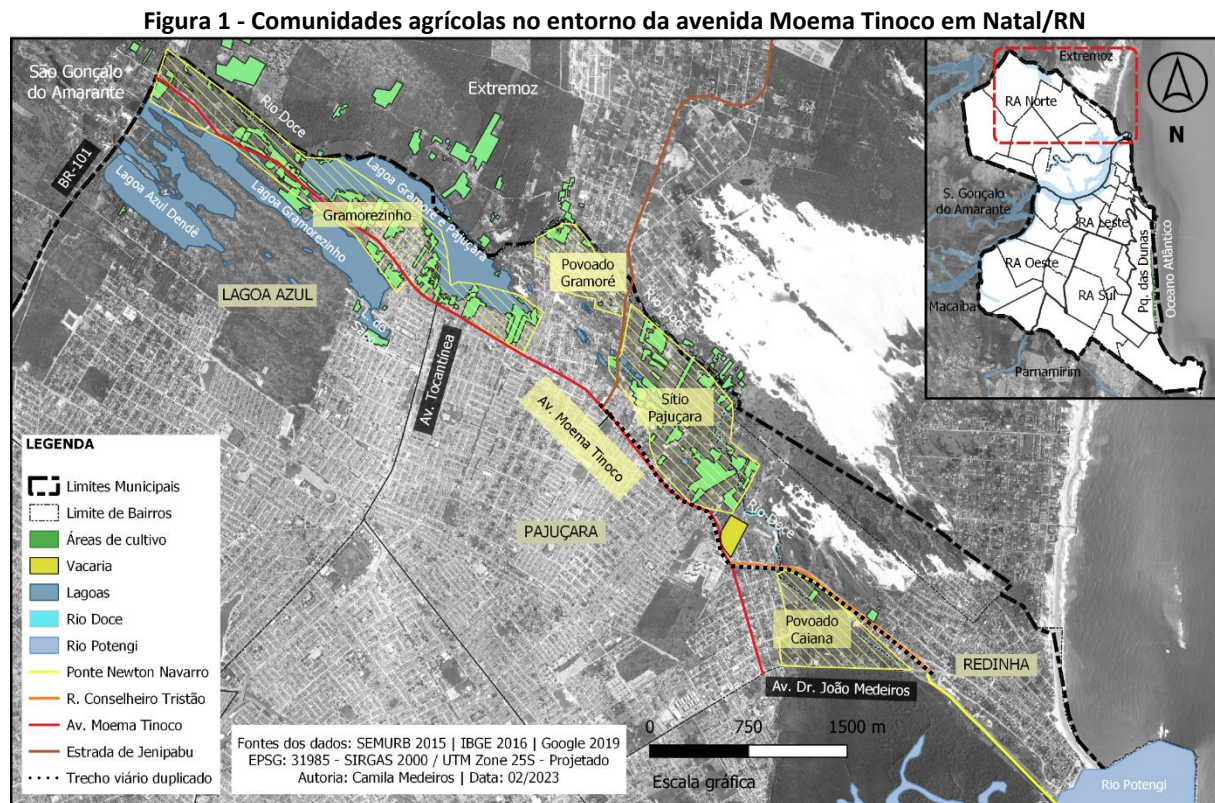
A cidade fala. Seja através dos seus edifícios, do seu traçado, dos movimentos que nela ocorrem, a cidade conta sua história. Essa é uma história complexa, feita de muitas camadas que se sobrepõem, afinal, há muitos sujeitos envolvidos na produção do espaço urbano. Porém, na sociedade capitalista, há vozes que se sobressaem a outras: as dos grupos dominantes, cujas narrativas e ações tratam a cidade como mercadoria, na qual o valor de troca prevalece sobre o valor de uso.

Se há vozes preponderantes na cidade, há também as vozes silenciadas. Ao silenciar determinados grupos, há o risco de se reproduzir uma história única, conforme ressalta Chimamanda Adichie (2019). Segundo a autora, o revés de uma história única é que ela cria estereótipos, problemáticos pois contam apenas uma parte da história. É preciso, então, encontrar maneiras de dar voz aos grupos subalternos, num processo de “escovar a história a contrapelo”, como propõe Walter Benjamin (1987).

Iluminando essa outra perspectiva, estão os(as) agricultores(as) familiares que resistem nas franjas urbanas, sofrendo constante pressão do processo de urbanização, aqui entendida a partir da ideia lefebvriana de sociedade urbana, que tem como suporte o tecido urbano. Segundo Henri Lefebvre (1970a), “estas palavras, o ‘tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado das cidades, mas o conjunto de manifestações do domínio da cidade sobre o campo.” (Lefebvre, 1970a, p. 15). Esse domínio pode se exercer de distintas formas, inclusive pelo discurso hegemônico que enxerga os(as) agricultores(as) como sinônimo de atraso, de um tempo pregresso e como um entrave à necessidade de expansão das cidades. Mas o que pensam esses agricultores e agricultoras sobre a sua condição espacial na cidade?

Assim, este trabalho busca dar voz a um grupo de agricultores(as) que residem e trabalham nas franjas do município Natal/RN, mais especificamente na Região Administrativa Norte (RA Norte), nos bairros de Lagoa Azul, Pajuçara e Redinha. Tais agricultores(as) formam quatro comunidades agrícolas distintas: Sítio Gramoré (Gramorezinho), Povoado Gramoré, Sítio

Pajuçara e Povoado Caiana (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), que ocupam esse território há mais de 50 anos.



**Fonte: Camila Medeiros (2023)**

Como se nota na Figura 1, as comunidades agrícolas ocupam um lugar marcado pela sobreposição de atributos físico-espaciais da cidade e do campo: os sítios produtivos, uma vacaria, loteamentos e conjuntos habitacionais e espaços naturais como o Rio Doce e as lagoas (sem contar as dunas e vegetação não destacados na figura). Essa relação campo-cidade é percebida também na vida cotidiana do território: vacas sendo tangidas pela avenida Moema Tinoco (Figura 2); homens a cavalo circulando pela ciclovia situada no meio dessa avenida; cavalo pastando no talude de um viaduto; sons de animais se misturando ao som dos automóveis que se movimentam pela via.



**Figura 2 - Animais atravessando a avenida Moema Tinoco**



**Fonte: Google Street View (2019).**

Essas comunidades cultivam especialmente hortaliças para venda em Natal e em seus arredores e, às vezes, criam também animais de pequeno porte. Muitas das áreas produtivas se localizam nos quintais das residências, podendo ser vistas apenas quando se adentra a moradia dos(as) agricultores(as). Os sítios são dirigidos primordialmente por famílias, praticam a agricultura orgânica e, aqueles que não têm o selo atestando esse tipo de produção, produzem ao menos sem o uso de químicos e agrotóxicos.

Mas nem sempre foi assim: durante muito tempo, as comunidades utilizavam essas substâncias, impactando o seu entorno, grande parte delimitado como Zona de Proteção Ambiental (ZPA), a ZPA 9<sup>1</sup>. Para orientar essas comunidades, o Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) criou e coordenou em 2012 uma iniciativa denominada Projeto

---

<sup>1</sup> Natal possui 10 Zonas de Proteção Ambiental (ZPA), as quais são definidas, de acordo com o macrozoneamento do Plano Diretor, como áreas nas quais “as características do meio físico e biótico restringem o uso e a ocupação, visando à proteção, manutenção e recuperação dos aspectos ambientais, ecológicos, paisagísticos, históricos, arqueológicos, turísticos, culturais, arquitetônicos e científicos.” (NATAL, 2022, art. 17). A ZPA 9 envolve o “Ecossistema de lagoas e dunas ao longo do Rio Doce”.

Amigo Verde<sup>2</sup>, visando à reconversão do modo de produção, sem a necessidade de interrupção do cultivo ou remoção das comunidades.

Mesmo com esse reconhecimento da importância das comunidades pelo Projeto Amigo Verde, a continuidade da produção agrícola se encontra ameaçada. Grande parte dessas áreas produtivas está localizada às margens da avenida Moema Tinoco, que vem sendo alvo de um processo de duplicação, que inclui desapropriações totais e parciais, inclusive de hortas. Sabe-se ainda que projetos estruturantes desse tipo tendem a atrair novos usos para as áreas onde se inserem, quase sempre incompatíveis com os preexistentes. Nesse sentido, cabe indagar: há futuro para os espaços de agricultura no entorno da avenida Moema Tinoco?

A resposta que buscamos neste trabalho parte do princípio de que a voz deve ser dada prioritariamente aos agricultores(as). Para isso, utilizou-se o método “A palavra do habitante”, desenvolvido por Henri Raymond (1966) e Nicole Haumont (1966). O método consiste em entrevista aberta, que parte de uma pergunta unitária, que, no nosso caso, foi “como e por que você e sua família se envolvem, já se envolveram ou ainda pretendem se envolver com atividades voltadas à agricultura nesta área?”. A pergunta unitária tem por objetivo dar mais liberdade ao entrevistado e gerar interferências mínimas do entrevistador.

A palavra do habitante se aproxima dos procedimentos metodológicos associados à história oral. Sobre este percurso, cabe sublinhar a reflexão de Marieta de Moraes Ferreira (2002), ao destacar a contribuição desta perspectiva de análise para a compreensão das relações entre memória e história. Para a autora, ela possibilita:

Uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa (Ferreira, 2002, p. 321).

---

<sup>2</sup> O Projeto Amigo Verde foi, na realidade, um Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), parceria do MPRN com outras instituições como a EMATER-RN, o Sebrae-RN, a Petrobrás e a SEMURB. Dentre os seus objetivos, estavam a melhoria da saúde dos moradores da comunidade e dos consumidores de seus produtos, a proteção do meio ambiente, o fortalecimento do associativismo e o incremento da renda familiar dos produtores. Um dos resultados positivos do projeto foi a realização de feiras orgânicas em diversas localidades da cidade, proporcionando a venda direta das hortaliças e diminuindo-se a dependência da figura do atravessador.

Segundo Ferreira (2002), a história oral tendia a ser rechaçada, afirmando-se que ela não possuía validade científica, devido a fatores como a subjetividade dos depoentes. Porém, para a autora, o que se coloca como problema pode, na verdade, ser uma fonte adicional de dados, uma vez que essa subjetividade conduz a respostas que um método puramente objetivo pode não conseguir atingir. Além disso, Ferreira (2002) ressalta que a história oral se relaciona fortemente com o tempo presente, uma vez que as fontes ainda estão vivas, além de valorizar o papel dos sujeitos e permitir uma história militante, que dá voz a grupos excluídos.

Em diálogo com o que discute Ferreira (2002), Henri Lefebvre (1970b) afirma que somente a entrevista aberta é capaz de alcançar o habitar, reforçando a importância do método da Palavra do Habitante. Segundo o autor, o habitar é “um conjunto de obras, de produtos, de coisas que constituem um sistema parcial: a casa, a cidade ou aglomeração.” (Lefebvre, 1970b, p. 158). Esse habitar lefebvriano se liga diretamente à apropriação e ao resgate dos valores de uso em meio às coerções da sociedade capitalista, temas com os quais o presente artigo dialoga.

Na pesquisa, foram realizadas 10 entrevistas, que foram transcritas e analisadas em si mesmas e em comparação com as outras. Para apreciação das informações coletadas, foram construídas tabelas de significantes e significados, destacando os relatos e memórias mais relevantes em cada interlocução e o que havia de comum entre elas. Cada entrevista recebeu também um código, referente à comunidade à qual o(a) entrevistado(a) pertencia: SG para Sítio Gramoré e SP para Sítio Pajuçara, comunidades onde as entrevistas ocorreram.

O artigo evidencia, a partir das respostas obtidas nas entrevistas e em diálogo com referencial teórico pertinente, as dinâmicas socioespaciais dos espaços de agricultura do entorno da avenida Moema Tinoco e os desafios e possibilidades para sua perpetuação, colocando a lupa da história nas vozes em geral silenciadas. Para isso, o trabalho foi estruturado em duas partes principais, além da introdução e das considerações finais: a transformação campo-cidade, que inclui um olhar mais atento sobre a avenida Moema Tinoco e as implicações da sua duplicação nas comunidades agrícolas, e o rural que resiste no urbano e a ele se mistura.

## 2. A TRANSFORMAÇÃO CAMPO-CIDADE

Por isso que a mudança, essa mudança que a gente fala... aqui na área da gente aqui é área de agricultura ainda, aí passou a ser de, de ser... como é que a gente chama? Rural. Porque ainda o que tem, ainda é rural. Agora só que mudou devido ao movimento. Porque asfaltou, né? Passou pra dizer uma RN aí. Aí ela mudou de ser rural pra... como é que a gente chama? De rural pra... é quase que nem o centro, né, o centro. Um nomezinho... Urbana. Área rural pra área urbana [SG02]

Nessa fala do agricultor SG02, ele relata uma transformação que vem ocorrendo em sua comunidade: ela deixa de ser rural e passa a ser urbana. O agricultor atribui esse processo às modificações que ocorreram na avenida Moema Tinoco, que foi asfaltada, ganhando, de acordo com a sua visão, o status de uma “RN”, ou seja, de uma estrada de nível estadual. Mas esse urbano não toma o território completamente, pois, como afirma o agricultor “ainda o que tem, ainda é rural” [SG02].

Campo e cidade convivem nesses territórios, mas a urbanização, estimulada desde finais da década de 1970 com a construção de conjuntos habitacionais inseridos na Política Nacional de Habitação financiadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e de loteamentos, tende a avançar, pressionando o rural que ainda resiste. Desde a perspectiva institucional e da representação do espaço nos termos lefebvrianos (Lefebvre, 1974)<sup>3</sup>, por exemplo, esses territórios já são considerados urbano desde o Plano Diretor de 1994 (NATAL, 1994, art. 7º). Os Planos subsequentes, de 2007 e de 2022, reafirmaram o caráter completamente urbano do município (NATAL, 2007, art. 7º; NATAL, 2022, art. 9º).

Os conjuntos habitacionais construídos pelo BNH mencionados são um marco importante para a transformação desse território, anteriormente ocupado principalmente por propriedades rurais, conforme afirma Alexsandro Silva (2003). Um dos agricultores rememora esse passado, afirmando que “a gente chegou aqui era de barro (...) Era mais carroça, burro. Diga aí se faz tempo que a gente mora aqui. Pajuçara, Gramoré, esses conjuntos... até o

---

<sup>3</sup> Para Lefebvre (1974), o espaço é entendido a partir de uma tríade: espaço percebido (prática espacial), espaço concebido (representações do espaço) e espaço vivido (espaços de representação). As representações do espaço dizem respeito à dimensão do espaço projetado, aquele que é concebido pelos arquitetos, engenheiros e planejadores em seus gabinetes, sendo o espaço da ordenação e da imposição de regras.



Santarém [não existiam]” [SG08]. O mencionado conjunto Gramoré pode ser observado na Figura 3, com seu casario homogêneo a contrastar com a paisagem dunar do entorno.

**Figura 3 - Conjunto Gramoré em 1983**



**Fonte: Fatos e fotos de Natal antiga (1983).**

Mais recentemente, dando continuidade à urbanização do território, projetos como o de duplicação da avenida Moema Tinoco e a construção de condomínios residenciais populares vêm contribuindo para a transformação dos seus padrões de ocupação. Importante destacar que essas transformações no tecido urbano não são decorrência apenas de grandes projetos capitaneados pelo Estado ou dos segmentos imobiliários. As comunidades agrícolas também vêm se transformando por si mesmas, a partir da conversão de espaços voltados à agricultura em loteamentos clandestinos ou assentamentos de origem informal, como enfatizam algumas das falas dos(as) agricultores(as):

Antes aqui era mais horta do que casa. [SG04a]

No início aqui era mais plantação de verdura, tinha muita mata, muita mata mesmo aí. Aí depois, com o tempo, aí as pessoas foram vendendo os terrenos, né, pra outras pessoas, aí as pessoas foram loteando [SG07]

Antes, tudo isso, toda essa vizinhança daqui da Estrada da Redinha até a BR-101, tudo isso era só produção. E hoje em dia tem muita, muita moradia, casas [SG09b]

A constatação dessas falas é percebida nas mudanças da ocupação do solo ocorridas ao longo das últimas duas décadas na comunidade do Gramorezinho (Figura 4**Erro! Fonte de referência**

**não encontrada.**): o espaço livre que antes se constituía especialmente de espaços de cultivos, agora é transformado em espaço edificado com destacada densidade construtiva.

**Figura 4 - Alteração do uso/ocupação do solo em fração do Gramorezinho entre 2001 e 2022**



**Fonte: produzido pela autora a partir de imagens aéreas do Google Earth (2001/2022)**

Apesar da transformação do campo em cidade que se observa neste território, seja a partir da construção de conjuntos habitacionais pelo Estado, seja pelo aparecimento dos loteamentos informais, é possível encontrar ainda marcas desse passado, tanto na materialidade quanto nas memórias de seus moradores. Isso corrobora com a ideia da cidade como um palimpsesto, discutida por Sandra Pesavento (2004), que afirma que na urbe “há uma escrita que se oculta sobre outra, mas que deixa traços; há um tempo que se escoou mas que deixou vestígios que podem ser recuperados.” (Pesavento, 2004, p. 26). Na Figura 4, por exemplo, nota-se que as antigas vias que davam acesso às propriedades rurais agora são margeadas por edificações, configurando novos padrões de parcelamento do solo, mas permanecem como vestígios do antigo traçado.

Por outro lado, em algumas frações do território, o espaço se transforma de tal maneira que é difícil encontrar vestígios do passado, mas, com auxílio de algumas ferramentas, pode-se verificar as mudanças ocorridas. É o que se nota nesse trecho que possui registros fotográficos do Google Street View em diferentes temporalidades (Figura 5). Nas imagens, vê-se uma antiga propriedade rural, que agora foi transformada em uma edificação comercial. Percebe-se também, acentuadas alterações da paisagem, inclusive na relação com o entorno, com o

desaparecimento das visuais marcadas por dunas vegetadas e espaços de agricultura, agora não mais vistas com as novas construções.

**Figura 5 - Fração do Gramorezinho em 2011 e em 2023**



**Fonte: Google Street View (2011/2023)**

Diante disso, se não houver uma regulamentação da ocupação desses espaços, é possível presumir uma tendência à consolidação/agravamento desse processo. Há, contudo, uma esperança, que é a aplicação do instrumento da Área Especial de Interesse Social (AEIS) de segurança alimentar<sup>4</sup> que incide e delimita a comunidade do Gramorezinho. Sendo definido como um instrumento que visa garantir o direito à moradia de comunidades de menor renda, a AEIS se configura, nesse caso, como uma forma de proteger as áreas de agricultura na cidade. Para que ela funcione, é necessário que se estabeleçam critérios de uso e ocupação do solo compatíveis com a atividade de cultivo.

No entanto, como demonstra o trabalho de Ruth Ataíde (2013), a regulamentação das AEIS têm sido negligenciadas pela gestão urbana em Natal. Enquanto sua regulamentação não ocorre, elas continuam se expandindo desordenadamente, como é o caso do Gramorezinho.

---

<sup>4</sup> Segundo o Plano Diretor de Natal (NATAL, 2022, art. 29), as AEIS são porções do território destinadas à regularização urbanística e fundiária de assentamentos habitacionais de baixa renda e ao desenvolvimento de programas de habitação social. Há dois tipos de AEIS, a AEIS 1, que se constitui de territórios de baixa renda precários de ponto de vista urbanístico e habitacional, e a AEIS 2, formada por terrenos não edificadas ou subutilizados em áreas dotadas de infraestrutura, que devem se voltar a projetos de habitação social. Nas AEIS do tipo 1, há ainda a categoria “c”, definida como “terrenos com área mínima de 1.000m<sup>2</sup> (mil metros quadrados) destinados à produção de alimentos de primeira necessidade associada à moradia de população com renda familiar predominante de até 3 (três) salários mínimos, com objetivo de garantir o abastecimento destinado ao suprimento da cesta básica e ou da complementação nutricional diária.” (NATAL, 2022, art. 35, III). Esta AEIS se aplica às comunidades.

A situação só tende a se agravar diante das dinâmicas de ocupação do solo que ocorrem no território, como o projeto de duplicação mencionado, um vetor de expansão do tecido urbano local e importante eixo viário do município, que desempenha funções de conexão entre este e os municípios da região metropolitana ao norte e com o novo aeroporto de Natal. É sobre esse projeto e seus impactos no território que nos debruçamos na seção seguinte.

## **2.1. A avenida Moema Tinoco e as implicações da sua duplicação nas comunidades agrícolas**

“E quando duplicar [a avenida Moema Tinoco]? Aí que o movimento é grande. A gente... valorização. A minha casa, a minha casa, se valesse 50 mil agora, vamo dizer... quase multiplicou, né?” [SG02]. Nesta fala sobre a duplicação da avenida, observam-se duas percepções: o movimento e a valorização imobiliária. O movimento, uma qualidade eminentemente urbana, sinaliza a agitada vida nas cidades, e uma via com as características da nova avenida Moema Tinoco amplifica tal atributo. Sobre esse tema, outro agricultor reflete que “mudou muito. Principalmente o trânsito. Isso era um carrinho ou dois aí. Agora não, quando for de 5 pra 6 horas aí pra senhora atravessar aí é difícil (...) com o movimento de carro. Grande o movimento. Depois da ponte e o aeroporto...” [SG03]

Mais uma vez a palavra “movimento” aparece em destaque, como sinônimo para o trânsito de automóveis. Na fala do agricultor SG03, há ainda uma reflexão sobre outras causas da transformação do fluxo: 1) a construção da Ponte Newton Navarro, que conecta a RA Norte de Natal às demais regiões da cidade; 2) a construção do novo aeroporto de Natal, que se localiza no município de São Gonçalo do Amarante, sendo a avenida Moema Tinoco uma das vias de acesso para o equipamento. Essa fala reforça os espaços de agricultura no contexto metropolitano, pois eles estão em um local que conecta o município de Natal aos seus vizinhos.

Há ainda outro impacto decorrente da duplicação da via: a necessidade de desapropriações. A agricultora SG09a ressaltou o fato de que perderá parte da área produtiva nesse processo. Já o agricultor SG08 relatou que “as casas da gente já tão tudo no plano de ser derrubada. A gente só não pode tirar as casas porque se não perde tudo e não pagam nada” [SG08], reclamando do fato de ainda não ter recebido o valor referente à desapropriação da sua casa.



No entanto, quando avalia o projeto de duplicação da avenida, o agricultor SG08 afirma, numa percepção oposta, que ele ficou “a coisa mais linda” [SG08].

Ele não foi o único a endossar a duplicação. O agricultor SG10b, por exemplo, afirma que: “é, acho que deu mais uma vida. Deu uma melhorada (...) melhorou iluminação, melhorou a paisagem, né?” [SG10b]. Já o agricultor SG04a declara: “melhorou bastante, pra quem precisa botar comércio. (...) O fluxo de carro, tudo.” [SG04a]. Outras percepções positivas do projeto são ressaltados pelos agricultores(as), como a melhora no serviço de drenagem, como aponta o agricultor SG02; a recuperação do revestimento viário, como destaca a agricultora SG01; a fluidez do tráfego e a segurança na avenida, conforme ressalta o agricultor SG05.

Voltando à fala do agricultor SG02 que abre esta seção, há uma reflexão sobre a valorização imobiliária atrelada ao projeto da Moema Tinoco, a qual está alinhada com a reflexão de Ermínia Maricato (2000), que ajuda a entender melhor esse processo:

Na verdade é a valorização das propriedades fundiárias ou imobiliárias o motor que move e orienta a localização dos investimentos públicos, especialmente na circulação viária. Há uma simbiose entre a abertura de grandes vias e a criação de oportunidades para o investimento imobiliário. Trata-se de obras que são mais *imobiliárias* que *viárias*, no dizer do urbanista Candido Malta Campos Filho, já que a lógica de seu traçado não está apenas, e às vezes, nem principalmente, na necessidade de melhorar os transportes, mas na dinâmica de abrir novas frentes (localizações) para o mercado imobiliário de alta renda. (Maricato, 2000, p. 157-158)

A partir da reflexão de Maricato (2000), vê-se que, muitas vezes, é o interesse na valorização imobiliária que está por trás dos investimentos em projetos viários e, no caso aqui estudado, um mercado popular vem se configurando, em consonância com o perfil econômico dos bairros, que estão na faixa de zero a três salários-mínimos. Nota-se o surgimento de edifícios verticais de médio porte, alguns financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida e, portanto, integrantes de uma política pública de habitação popular. Em determinados lugares, gera-se um contraste de usos em proximidade, como se vê na Figura 6, na qual dois edifícios verticais se localizam imediatamente em frente a uma vacaria.



**Figura 6 - Empreendimentos verticais nas proximidades das avenidas Moema Tinoco e João Medeiros Filho**

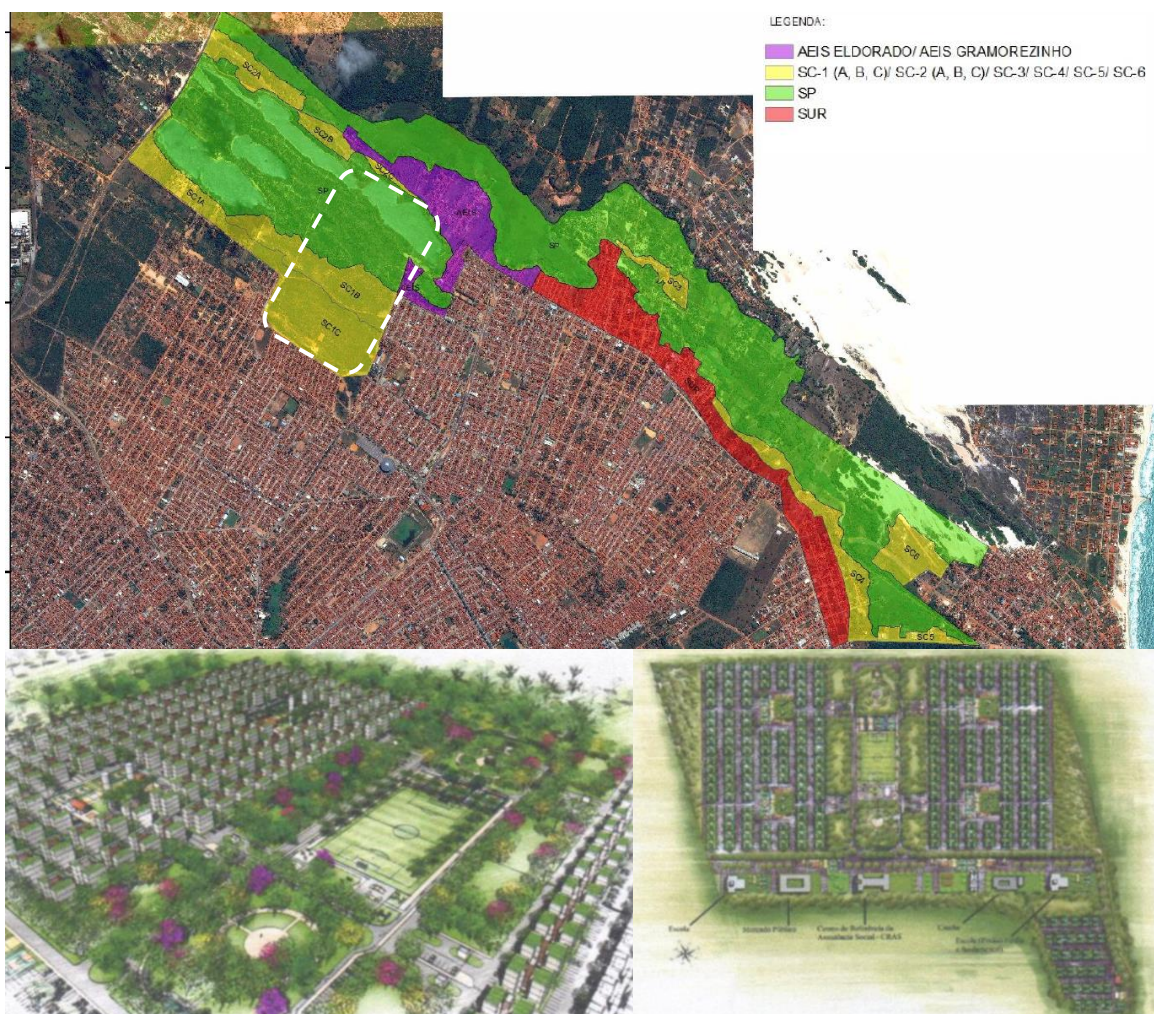


**Fonte: Camila Medeiros (2023)**

Houve uma outra proposta de empreendimento nesse sentido, da construtora Montana, que visava inserir, em uma área com intensa fragilidade ambiental, um loteamento popular, utilizando a justificativa da necessidade de promover habitação social (Figura 7). Contudo, a proposição não levava em conta os impactos que poderia causar em uma área de notória fragilidade ambiental, conforme sinaliza a própria regulamentação da ZPA (Natal, 2022a)<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> A construtora sugeria, por exemplo, que a área definida como Subzona de Preservação (SP) que se inseria no terreno se tornasse uma Subzona de Conservação (SC), visando nela inserir edificações institucionais. No entanto, não tendo logrado êxito em suas proposições, ela ficou impedida de realizar este empreendimento, tendo em vista que os padrões urbanísticos aprovados para a SC1-b e SC1-c não permitem o projeto proposto (a saber: coeficiente de aproveitamento máximo equivalente a 0,5 e taxa de ocupação de 40%).

**Figura 7 - ZPA 9 com localização da proposta da construtora Montana e imagens do projeto**



Fonte: NATAL, 2022a; SEMURB, 2016.

Reconhecendo que outros projetos desse tipo podem vir a acontecer no território, o agricultor SG05 afirma que:

É, eu acho que no futuro, vai criar uma especulação imobiliária muito grande na... exatamente, você estuda essa área aí, né, que é arquitetura e o crescimento da cidade, ela vem chegando bastante. O importante é que o Ministério de Agricultura e de Meio Ambiente eles andem de mão dada pra que ele venha fomentar essas OCS pra não deixar essas construções chegarem muito próximo do rio (...) porque no futuro, se vier a acontecer de um residencial, um condomínio residencial na margem de um rio desse... rapaz, nós estamos desgraçados, que só vai ser poluído, né? [SG05]

Especulação imobiliária, construções na beira do rio. Um cenário provável, mas que, na opinião do agricultor, pode ser evitado com mobilização social, unindo as Organizações de Controle Social (OCS), criadas no âmbito do Projeto Amigo Verde, com Ministérios de âmbito federal. Nota-se, porém, a dificuldade de articulação entre os agricultores(as): a Associação



de Amigos e Moradores no Sítio Guamoré e Adjacências (AMIGS) se encontra enfraquecida e nem todos os agricultores dela participam.

Mas, ainda diante desse cenário de transformações e das dificuldades de articulação política, há, na vida cotidiana dessas comunidades, uma ruralidade que resiste. Henri Lefebvre (1968) refletiu sobre essas resistências ao afirmar que, na sociedade urbana<sup>6</sup>, “entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidade ‘pura’” e que, com isso, “a relação ‘urbanidade-ruralidade’, portanto, não desaparece; pelo contrário, intensifica-se.” (Lefebvre, 1968, p. 19). É sobre essa relação que a seção seguinte se debruça.

#### **4. O RURAL QUE RESISTE NO URBANO E A ELE SE MISTURA**

Ao visitante dos espaços de agricultura do entorno da avenida Moema Tinoco, é impossível não se surpreender com a estonteante natureza que os cerca (Figura 8**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). O rio Doce, as lagoas, as dunas e a sua vegetação que pintam a paisagem de tons de verde e azul, complementados pelas áreas de cultivo, são atributos ambientais protegidos pela ZPA 9 e que fazem parte do modo de vida da comunidade há pelo menos 50 anos, momento que remete à ocupação do território pelas comunidades agrícolas.

---

<sup>6</sup> Lefebvre (1968) entende que a sociedade urbana está em gestão e que ela se manifesta através do predomínio do rural sobre o urbano, não só do ponto de vista da materialidade, mas também através de um conjunto de valores e costumes da cidade que chegam ao campo. Mas, como citado, isso não significa o desaparecimento do rural: há uma intensificação da relação entre a urbanidade e a ruralidade.

**Figura 8 - Cultivo às margens da lagoa Gramorezinho**



**Fonte: Camila Medeiros (2020).**

A convivência com essa natureza integra a vida cotidiana dos(as) agricultores(as) desse território, conforme afirma o agricultor SG02:

Não é todo dia que a gente amanhece bem, bem, bem, bem, né? [...] Quando você vê esse cenário aqui, a lagoa, vê essa coisa, esse cenário todinho que a gente vê, né? Aí a gente já sente outro alívio. Aí dá vontade de você fazer uma coisa, começa a fazer, aquilo começa a passar, vai embora e você nem se lembra mais que houve problema, que num houve. Porque quem chega aqui, quem vem do centro que chega aqui, homem, “homem, esse homem mora no paraíso, esse homem mora no paraíso.” [SG02]

Sentir alívio ao olhar para o cenário que o cerca e morar no paraíso são dois elementos que se destacam nessa fala. A natureza presente nessas hortas vem se tornando uma nova raridade nas cidades, que se expandem sobre áreas verdes e pressionando recursos hídricos. Como afirma o agricultor SG04a, “[aqui] é trabalhoso, mas em compensação você tá em meio a natureza, fica melhor”.

Mas toda essa beleza não deve iludir os olhos do visitante e a fala do agricultor SG04a já anuncia uma característica do cotidiano no lugar: “trabalhoso”. O trabalho árduo é um elemento mencionando em diversas entrevistas, como se nota nas seguintes falas: “até no domingo a gente trabalha aqui, viu? Porque quem planta verdura tem que tá de olho” [SG06]. “Horta tem trabalho todo dia, de domingo a domingo.” [SG02].

Porém, mesmo que executem um trabalho duro, os agricultores(as) relatam gostar muito do que fazem:

Eu gosto de trabalhar, eu gosto de produzir. Gosto muito. [SG03]; É pesado, é pesado, mas eu mesmo não me vejo trabalhando em outra coisa não. [SG04]; Eu amo trabalhar na agricultura (...) já sou até aposentada, mas eu gosto de trabalhar (...) eu acho que trabalho é saúde. [SG06].

Mas nem sempre a agricultura foi a atividade principal por eles(as) praticada. Com exemplos de outros cargos ocupados, mencionaram-se: trabalhador da indústria de tecelagem, jovem aprendiz de assistente administrativo, empreendedor (abriu uma padaria), distribuição de remédios e vendedor de loja de roupa. Isso demonstra uma proximidade com um modo de vida mais urbano. Porém todos acabaram retornando para a agricultura, buscando maior liberdade e autonomia no trabalho.

Além disso, sobre a vida cotidiana no lugar, as entrevistas revelaram pares dialéticos como rua/casa e agito/tranquilidade. Um diálogo entre dois agricultores falando sobre o que achavam do lugar onde vivem revela nuances sobre o tema:

B: Eu mesmo acho maravilhoso. Não tem coisa melhor não, de que... quando a gente chega na rua fica sufocado.

A: Total sossego aqui.

B: É. Não tem stress não, viu? [SG04]

Refletindo também sobre essa relação existente entre a rua e a casa, o agricultor SG05 afirma que: “você tá na rua mesmo, você não sente a mesma harmonia que tem aqui e a privacidade que você tem, né, aqui, você tem uma certa privacidade. Que muita gente gosta da correria do mundo, então pr’aqui você não tem uma correria, né?” [SG05]

O uso da expressão “correria” para qualificar aquilo que não se observa dentro das hortas remete para uma reflexão sobre uma ideia oposta, a de tempos lentos, que se desenvolve no contexto da agricultura praticada no território estudado. Segundo Milton Santos (2002), o tempo não decorre de maneira uniforme. Para o autor, os diversos sujeitos da cidade movimentam-se segundo tempos lentos ou tempos rápidos. Sobre o tema, Santos (2002) afirma:



Tempo rápido é o tempo das firmas, dos indivíduos e das instituições hegemônicas e tempo lento é o tempo das instituições, das firmas e dos homens hegemonzados. A economia pobre trabalha nas áreas onde as velocidades são lentas. Quem necessita de velocidades rápidas é a economia hegemônica, são as firmas hegemônicas. É para esta classe que tem significação uma avenida como a dos Bandeirantes, ou estradas como a dos Bandeirantes e a Anhanguera, que são estradas que sobretudo interessam aos agentes hegemônicos e às pessoas ricas que usam melhor, do seu ponto de vista, essas estradas. Do aeroporto ao centro da cidade vai-se muito depressa, criam-se condições materiais para que o tempo gasto na viagem seja curto. Já entre os bairros vai-se mais devagar, no sentido de que não há uma materialidade que favoreça o tempo rápido (Santos, 2002, p. 22)

Santos (1996) ressalta ainda que a vida nas cidades é uma corrida constante atrás dos horários. Segundo o autor, os seres humanos são regulados quase como máquinas nessa dinâmica, sendo comandados pela onipresença do relógio. Já a agricultura familiar responde a uma outra lógica temporal, não se inserindo naquilo que Santos (2002) entende por práticas hegemônicas, mas sim se aproximando dos tempos lentos discutidos pelo autor. Esta agricultura se liga ao tempo da natureza, que é regido por outra racionalidade.

Esse tempo lento, contudo, convive de perto com os tempos rápidos, que podem ser vislumbrados, por exemplo, no trânsito veloz da avenida Moema Tinoco, cujo barulho dos carros se mistura ao cacarejar das galinhas nas hortas. Nessa acepção do tempo rápido, insere-se também a máxima de que “tempo é dinheiro” e de que os valores de troca são supremos, subjugando os valores de uso – como afirmou um dos agricultores: “vai chegar um tempo que você vai ter isso [gesto de dinheiro] e não vai ter isso aí [aponta para a plantação, natureza], pra você comprar” [SG02].

Entretanto, mais uma vez, as vivências dos agricultores revelam a resistência dos valores de uso em relação ao espaço em que vivem. É o que se verifica, por exemplo, na prática de pescar nas lagoas, como destacou o agricultor SG02. Ou ainda, quando na infância, se utilizavam as águas dos rios e das lagoas para banho e brincadeiras, como afirmou o agricultor SG08: “mas homem, isso era o paraíso. Isso era bom demais, homem. Isso aí, a gente, ixe... era nossa diversão... pescava e se divertia nessa lagoa. Era bom demais. Coisa mais linda do mundo” [SG08].

É possível que essas vivências contribuam para que se tenha uma visão bucólica sobre o lugar, mas é preciso desconstruir essa ideia. A agricultora SG06, por exemplo, afirma que o lugar já foi mais calmo e que o barulho da pista incomoda bastante. A violência também faz parte do cotidiano: “no tempo passado aqui, a gente dormia de porta aberta. Hoje dorme de porta fechada, ainda dorme com medo. Porque, na verdade, a insegurança como é, né? E isso não é só aqui.” [SG02]. Nos relatos dos(as) agricultores(as) apareceram situações de roubos de mercadoria e de dinheiro.

Contudo, apesar desses problemas, os(as) agricultores(as) afirmam gostar muito do lugar onde vivem. É o que se nota em frases como “da minha morada aqui mesmo, só quem me tira daqui é Jesus” [SG02] ou “só vou me mudar daqui quando morrer. Só saio daqui pra outro canto se for pro cemitério” [SP10b]. Tal fato, somado àquele já apresentado sobre gostarem muito do trabalho que exercem, contribuem para a esperança em relação à continuidade da agricultura no entorno da avenida Moema Tinoco.

Outro fator fundamental para entender essa ruralidade em resistência é a relação dos(as) agricultores(as) com a natureza. Uma percepção comum nas suas falas é o cuidado com o meio ambiente. É o que diz a agricultora SG01 quando afirma que:

Que o homem por si próprio mesmo, ele tá destruindo tudo isso, que ele pense melhor, que ele pense nos netos dele, nos bisnetos lá... porque se, a gente que já tá aqui, pensar só em destruir esse solo, quem vai sofrer lá na frente são os nossos filhos. Quem vai sofrer são os nossos netos, quem vai sofrer são os nossos bisnetos, quem vai sofrer é a nova geração que vai vir. Então se a gente pensar melhor, cuidar mais desse planeta, da água, da terra. [SG01]

Nesta fala, observa-se uma aproximação com o conceito de desenvolvimento sustentável que aparece no relatório Brundtland em 1987 (ONU, 1987), pautado na ideia de atender as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das futuras gerações. É isso que ela afirma ao citar a figura dos filhos, netos e bisnetos. Na mesma direção afirma o agricultor SG02: “Rapaz, tem que mudar alguma coisa, se você ‘ah, que isso vai poluir a terra, daqui pra lá ninguém é mais vivo’. E tu vai deixar teus filhos, teus netos, vai ficando quem? Em cima desse pó velho aqui?”. [SG02]

Ainda sobre a relação com a natureza, destaca-se a fala do agricultor SG05:

O meu sonho é fazer uma agrofloresta, então eu ainda venho estudando isso pra aprender, implantarei um dia na minha granja, a mais bonita possível. Posso levar tempo, porque a gente tem que ter harmonia com a natureza. (...) Essa harmonia ela tem que ser gerada de ambas as partes e a natureza ela é uma mãe rigorosa, né? Quando a gente erra, apanha muito. [SG05]

A agrofloresta, segundo Marcio Silveira Armando et al (2002), consiste numa combinação de diferentes espécies, com distintos portes, que permitem a combinação de ciclos longos e curtos, fazendo com que seja possível produzir o ano inteiro. Pode-se dizer que a agrofloresta está a um passo adiante da agricultura orgânica e o fato de o agricultor ter esse desejo mostra que ele está buscando ir além no seu modo de produzir.

Os(as) agricultores(as) também entendem que, sozinhos, não vão muito longe. É o que afirma o agricultor SG05 quando reforça a importância dos clientes para ele. Além da relação vendedor-cliente, firmaram-se outros tipos de laços nas dinâmicas de venda dos produtos oriundos das hortas, como afirma o agricultor SG02:

Antes, o pessoal perguntava “por que esse coco é orgânico?”. Aí eu digo “pera aí, deixe eu explicar a você. Oh, do jeito que ele é lá, produzido lá, que nem você sabe que não é botado produto químico nenhum e outro, sabe o que? Esse que você compra, (...) ele tem produto. E esse você... abre ele aqui, você toma, esse aqui é que é o orgânico, não vai ter produto nenhum, né verdade? (...) Aí eu digo assim, aí o pessoal além de levar a água, traz a colher e a vasilhazinha pra levar a laminha. [SG02]

A curiosidade dos clientes foi além da pergunta sobre o porquê de o coco ser orgânico: o agricultor SG02 afirma que “teve várias pessoas que vieram bater aqui [na horta], só pra saber os manejos que nós trabalhamos” [SG02]. Essas relações são fundamentais, pois, conhecendo melhor os produtores e o espaço onde vivem, é provável que esses clientes se tornem agentes protetores desses lugares e modos de vida. Sobre a importância dessas alianças, o líder indígena e escritor Ailton Krenak (2020) reflete que:

O tempo passou, as pessoas se concentraram em metrópoles e o planeta virou um paliteiro. Mas agora, de dentro do concreto, surge essa utopia de transformar o cemitério urbano em vida. A agrofloresta e a permacultura mostram aos povos da floresta que existem pessoas na cidade viabilizando novas alianças, sem aquela ideia de campo de um lado e cidade do outro. (Krenak, 2020, p. 22-23)

As hortas do entorno da avenida Moema Tinoco são, portanto, a manifestação da resistência de uma ruralidade que perdura mesmo diante da crescente urbanização dos territórios que ocupam e os seus respectivos entornos. Resta saber se eles serão capazes de resistir a esse

processo ao longo do tempo. Para que isso ocorra, é fundamental que os(as) agricultores(as) estejam articulados politicamente, para lutar pelo direito à cidade que aqui também inclui o direito a uma ruralidade em resistência.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo atual é predominantemente urbano e a tendência é que a população se concentre cada vez mais em cidades. Tal fato vem atrelado a consequências, como a pressão por ocupação dos espaços naturais e rurais e, por conseguinte, sobre as populações que neles vivem. É o que ocorre com as comunidades dos agricultores e agricultoras periurbanas que, como o próprio nome diz, num ato de resistência, ainda permanecem nas franjas das cidades.

Esses grupos sociais tem suas necessidades e desejos por vezes invisibilizados, por serem considerados como retrógrados e, como afirma Krenak (2020), são considerados como cidadãos de segunda classe. Neste artigo tentamos demonstrar justamente o oposto, através das próprias vozes desses grupos sociais, que demonstram uma capacidade de reflexão ímpar sobre os processos que envolvem a produção do território que ocupam. Seus saberes e vivências devem ser, portanto, ouvidos e considerados.

Importantes ponderações surgiram nas entrevistas, como o fato de os territórios que ocupam estarem submetidos a um processo de transformação na direção da consolidação da plena urbanização, confirmando a institucionalização do município como totalmente urbano desde 1994. Além disso, as entrevistas também trouxeram uma reflexão crítica sobre o processo de crescimento urbano com valorização imobiliária e os possíveis impactos na natureza e na vida das comunidades agrícolas ali existentes dele decorrentes.

No que concerne a relação com a natureza, esta apareceu como um forte componente da vida cotidiana dos agricultores, que convivem com ela de perto, um privilégio com que poucos cidadãos podem contar. A natureza aparece também como valor de uso nas entrevistas, como as lagoas onde se pratica a pesca por diversão e onde se brincava quando criança. Ademais, os(as) agricultores(as) também apresentam uma aproximação com a ideia de



sustentabilidade, demonstrando preocupação com o meio ambiente e com o legado que deixarão para as próximas gerações.

Ouvir os(as) agricultores(as) foi fundamental também para romper com algumas ideias preestabelecidas. Esperava-se, por exemplo, uma visão mais crítica desse grupo em relação à duplicação da avenida Moema Tinoco, especialmente considerando a reflexão teórica sobre os impactos dos projetos estruturantes nos territórios periféricos, que fragilizam a permanência dos seus moradores, pela gradual valorização imobiliária e de serviços do entorno. A resposta obtida, no entanto, foi de aprovação ao projeto, mesmo que se reconheçam alguns de seus inconvenientes, como as desapropriações, fluxo mais intenso de automóveis e risco de acidentes.

Tais respostas nos fizeram refletir sobre a importância da mobilidade e das infraestruturas correlatas para a vida cotidiana das comunidades estudadas. A avenida Moema Tinoco, onde se situam as áreas de agricultura, funciona tanto como uma forma de conexão dos(as) agricultores(as) com outras partes da cidade, quanto proporciona o acesso de outras pessoas aos espaços de agricultura, a exemplo da melhora do fluxo de clientes, como citado em entrevista.

Sabe-se, porém, que o modo de produção capitalista é implacável e que caminha lado a lado ao processo de urbanização. Portanto, as comunidades agrícolas se encontram sob forte pressão urbanizadora que tende a aumentar com o tempo, restando saber os resultados da correlação de forças implicada. O passado-presente revisitado neste artigo parece contar uma história que caminha rumo à urbanização total do território, ancorada na ideia do tecido urbano já mencionada, ou seja, na dimensão físico-territorial, mas também cultural e política.

Porém, há a força do apego ao lugar e do apreço pelo trabalho realizado que apontam para outros possíveis. Esse trabalho com a agricultura permanece como uma das marcas do passado no presente, como sinalização de uma época em que a RA Norte era predominantemente rural. É também a marca de uma atividade que vem passando de geração em geração, como apontaram os(as) agricultores(as) em entrevista, o que reforça sua importância histórica para as comunidades de produtores(as).

Por fim, entende-se que o cenário da permanência da ruralidade na franja norte de Natal depende da articulação política entre os agricultores e da relação destes com os agentes públicos. A articulação entre os agricultores pode se fortalecer a partir de grupos existentes, como a AMIGS ou mesmo com a criação de novos grupos. Estes podem ainda se articular, com o poder público, em torno da AEIS se segurança alimentar como um instrumento para garantir a continuidade da atividade produtiva. Acima de tudo, é preciso encontrar caminhos que escutem as vozes dos agricultores e agricultoras da franja norte de Natal, respeitando sua existência e práticas cotidianas.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ARMANDO, Marcio Silveira et al. **Agrofloresta para Agricultura Familiar**. Circular Técnica 16. EMBRAPA. Brasília, DF Dezembro, 2002 ISSN 1516-4349
- ATAÍDE, Ruth. **Interés Ambiental Frente A Interés Social**: la gestión de los conflictos socio-espaciales en los espacios naturales protegidos: los retos de la regularización urbanística de los asentamientos informales en Natal, RN, Brasil. 2013. Tesis (Programa de Doctorado “Pensamiento geográfico y organización del territorio”). Universidad de Barcelona, Facultad de Geografía e Historia, Barcelona, 2013.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet.
- FATOS e fotos de Natal antiga. Conjunto Gramoré em 1983. Disponível em: <<https://fatosefotosdenatalantiga.com/natal-dos-conjuntos-habitacionais/area-do-destaque-2/>>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 314-332.
- HAUMONT, Nicole. **Les pavillonnaires: etude psyco-sociologique d’um mode d’habitat**. 3. ed. Paris: L’Hamarttan, 2001. [1966]
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. [1970a]
- LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 4. ed. Barcelona: Edicions 72, 1978. [1970b]
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2001. [1968]
- LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013. [1974]

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MEDEIROS, Camila Bezerra Nobre de. **Campo e cidade em três tempos: descontinuidades, permanências e possibilidades para a agricultura no entorno da avenida Moema Tinoco em Natal/RN**. 2023. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

NATAL. **Lei Complementar nº 07, de 05 de agosto de 1994**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências. Natal: DOMNatal, 1994.

NATAL. **Lei Complementar nº 082, de 21 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências. Natal: DOMNatal, 2007.

NATAL. **Lei Complementar nº 208 de 07 de março de 2022**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal, e dá outras providências. Natal: DOMNatal, 2022.

NATAL. **Lei Complementar nº 222 de 22 de dezembro de 2022**. Regulamenta o uso e a ocupação do solo, delimita as subzonas e estabelece as prescrições urbanísticas para a Zona de Proteção Ambiental 9 (ZPA 9), abrangendo parte dos bairros de Lagoa Azul, Pajuçara e Redinha, Região Administrativa Norte do Município do Natal/RN e dá outras providências: Natal, DOMNatal, 2022a.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Our common future**. 1987. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2024.

PESAVENTO, Sandra. (2004). Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Esboços: Histórias Em Contextos Globais**, 11(11), pp. 25–30.

RAYMOND, Henri. **Paroles d'habitants: une méthode d'analyse**. Paris: L'harmattan, 2001. [1966]

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. [1996]

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. **Cienc. Cult.**, Out 2002, vol. 54, no. 2, p.21-22. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v54n2/14803.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal. Contribuições ao processo de regulamentação da ZPA 9. 2016. Disponível em: <<https://www2.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-1125.html>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. **Depois das fronteiras: a formação dos espaços de pobreza na periferia norte de Natal-RN.** 2003. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.